

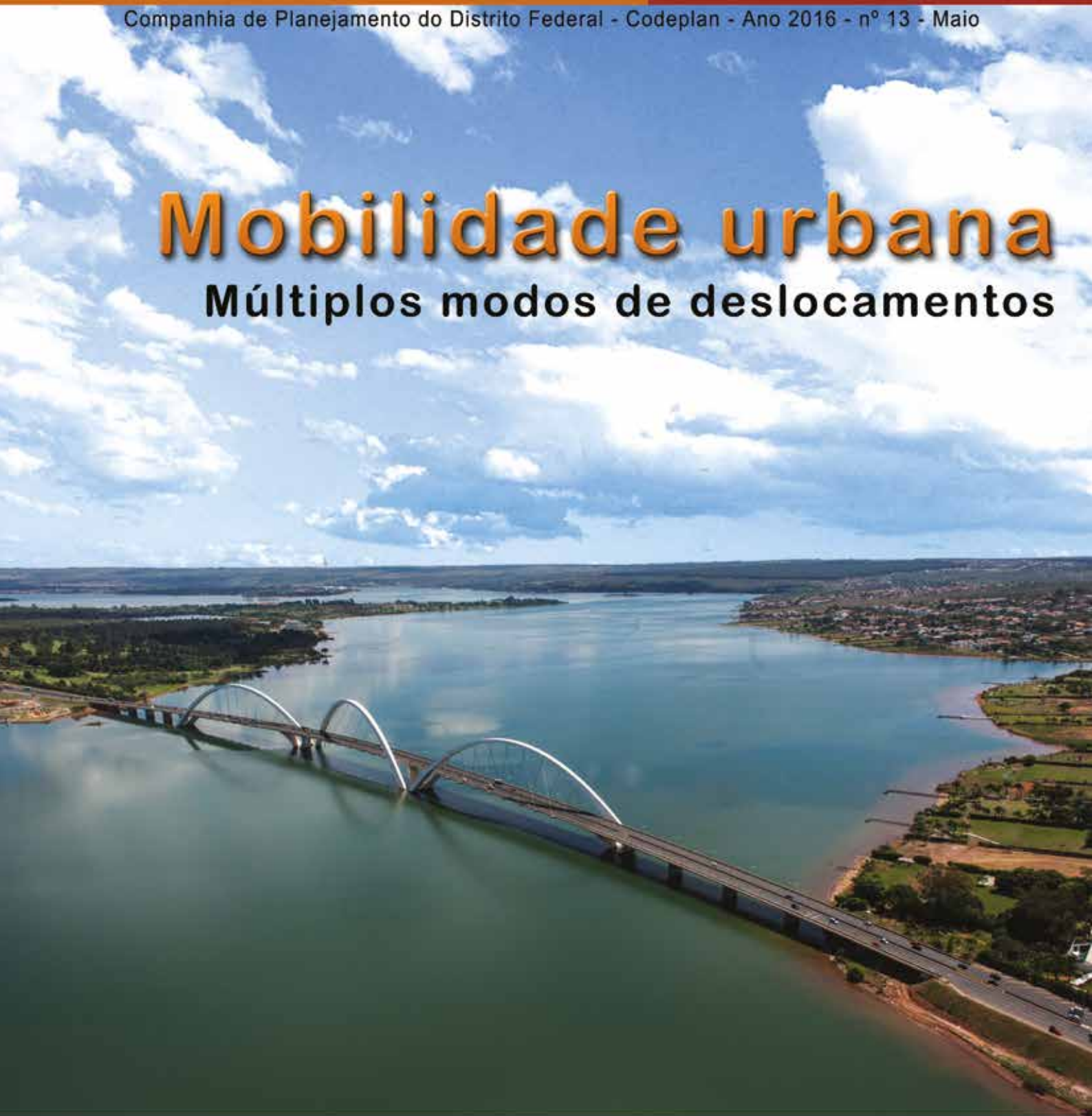
Brasília

em debate

Companhia de Planejamento do Distrito Federal - Codeplan - Ano 2016 - nº 13 - Maio

Mobilidade urbana

Múltiplos modos de deslocamentos



Entrevista especial - Marcos de Alencar Dantas, secretário de Mobilidade Urbana do Governo do Distrito Federal

Brasília em debate

Edição nº 13

Carta ao leitor 5

Entrevista - Marcos de Alencar Dantas,
secretário de Mobilidade do DF 7

Mobilidade Socioespacial na Área
Metropolitana de Brasília 9
Aldo Paviani

Custos e políticas mitigatórias das
externalidades negativas 16
Carlos Henrique R. de Carvalho

Novas Áreas de Centralidade e
Mobilidade Urbana no DF 23
Mônica Velloso e Sérgio Ulisses Jatobá

IPCA 30
Jusçanio Souza

O perfil e os mitos do ciclista e os mitos
sobre o uso da bicicleta 32

Jonas Bertucci, Renata Florentino e Fabio Iglesias
As calçadas são parte do sistema de
acessibilidade e circulação nas cidades 38
Sandro Roberto de Farias

O Desafio da Mobilidade Urbana 42
Maurício Soares Bugarin

Economia no DF em retração 43
Sandra Andrade

Áreas de estacionamento nas Escalas
Gregária e Monumental 44

Intermodalidade nas Estações do Metrô -
Águas Claras e Samambaia 45
Mônica Velloso



Capa Mobilidade Urbana



Calçadas Utopia de Ralph Gehre



Perfil Ciclismo no DF



Acidente Distrito Federal / Goiás

O Desafio da Mobilidade Urbana

Maurício Soares Bugarin

Atualmente, cerca de 85% da população brasileira vive em cidades, segundo o IBGE. O acelerado e o intenso processo de urbanização, registrado entre 1940 e 1970, resultou do processo de industrialização nacional, calçado na produção de bens duráveis, sobretudo automóveis, desde o começo dos anos 1960. A prevalência do transporte motorizado sobre o não motorizado, do individual em relação ao coletivo e do modal rodoviário nos centros urbanos resultou em um cenário de dificuldades de deslocamentos, devido à baixa fluidez do trânsito, gerando significativas deseconomias para as cidades e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável do país. Além dos congestionamentos diários, houve aumento dos acidentes de trânsito, da poluição sonora e do ar, afora os reflexos negativos da insuficiência de mobilidade sobre a produtividade e a qualidade de vida das pessoas.

Tendo como objetivos contribuir para o debate e para a busca de alternativas, a publicação *O Desafio da Mobilidade Urbana* - desenvolvida por equipe técnica da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados para atender a demanda do Centro de Estudos e Debates Estratégicos da instituição - faz uma análise histórica da evolução da mobilidade urbana no mundo e no Brasil. Enfoca a relação entre desenvolvimento urbano e transportes, traz o arcabouço legal acerca do tema, aponta a configuração institucional responsável pelas intervenções no setor e mostra os impactos da imobilidade nas cidades. Trata do financiamento da mobilidade urbana, examina o tema frente às peculiaridades da nossa federação, referente ao transporte urbano metropolitano, e arrola comentários de internautas do portal “e-democracia” da Câmara, onde o assunto foi exposto à consideração popular. Por fim, o livro apresenta proposições legislativas - projetos de leis, propostas de emendas à Constituição e sugestões de ação ao Poder Executivo - visando à melhoria da mobilidade urbana.

O livro debate também a abrangência das gratuidades no transporte coletivo - que incluem estudantes e idosos - que resulta em um sistema regressivo, no qual o subsídio cruzado entre os diferentes segmentos pode significar que estratos com renda mais baixa estejam subsidiando usuários que poderiam pagar por seus deslocamentos. Desse modo, o estudo preconiza o caráter social das gratuidades, restringindo-as a beneficiários com menor renda.

Uma importante característica deste volume é que ele não se atém ao diagnóstico da situação atual, mas avança na análise e proposição de medidas visando a superação dos problemas apontados.

Agradecimentos à fundamental contribuição, às discussões e às orientações de Luciana da Silva Teixeira e Suely Mara Vaz Guimarães de Araújo.

Assim, o estudo propõe a ampliação das fontes de recursos para a mobilidade urbana. Nesse sentido, defende o aumento da participação do financiamento público no custeio da operação do transporte coletivo, concomitantemente, com a adoção de mecanismos de regulação de preços que promovam a melhoria da qualidade da operação do transporte urbano. Adicionalmente, sugere a desoneração da cadeia produtiva do transporte coletivo urbano, de forma a permitir a modicidade tarifária e o aumento de investimentos. Para aumentar a participação do setor privado no financiamento da mobilidade, sugerem-se o incremento das Parcerias Público-Privadas (PPPs) e a criação de novas fontes de financiamento, como o pedágio urbano, a taxação de estacionamentos públicos e privados, a captura da valorização imobiliária oriunda de intervenções na mobilidade urbana e outros mecanismos já amplamente utilizados em outros países.

A publicação aponta ainda outras alternativas para a melhoria da mobilidade urbana no Brasil como a priorização do transporte não motorizado e do transporte coletivo, conforme preconiza a Lei da Mobilidade Urbana nº 12.587, de 2012, a melhoria da integração entre os diferentes modos de transporte, o uso de tecnologias de informação modernas na gestão dos transportes, como também o escalonamento dos horários de trabalho e o teletrabalho, entre outras medidas voltadas a diminuir ou evitar deslocamentos.

Ademais, o estudo chega ao nível de detalhamento de propor alterações específicas na legislação atual sob a forma de minutas de projetos de lei com vistas a implantar as propostas apresentadas.

Em linhas gerais, a publicação amplia o debate sobre a mobilidade urbana, agregando a consideração do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, da acessibilidade e da abordagem metropolitana do transporte ao foco tradicional restrito apenas ao serviço de transporte coletivo, como ocorreu nas últimas décadas. Uma visão multidisciplinar e integrada do tema certamente trará novas perspectivas e avanços para o desenvolvimento das cidades e para promover ou evitar os deslocamentos das pessoas no espaço urbano. ■



Maurício Soares Bugarin

Professor titular do Departamento de Economia da UnB